

Das Margens brotam as cidades: Experiências Etnográficas entre Rios e Cidades

Fernando Monteiro Camargo¹
Felipe de Souza Pinto²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir a relação dos rios com as cidades a partir da perspectiva da antropologia urbana. Na tradição dos estudos urbanos no Brasil, os rios ora aparecem como problema urbano, quando se tornam obstáculos à construção de avenidas, provocam enchentes, tornam-se lugares de descarte de dejetos ou quando excedem os limites forjados para eles e ocupam os lugares planejados sobre eles nas metrópoles, ora aparecem como patrimônio cultural, quando são reconhecidos por sua importância para o desenvolvimento urbano ou são vistos como vestígios de uma natureza soterrada pelo asfalto. Nesse artigo, discutiremos a emergência de preocupações “ecológicas” nos grandes centros urbanos baseadas em um olhar integrador entre a natureza e as necessidades da vida metropolitana. Para isso, observaremos os estudos da antropologia urbana, buscando encontrar traços dessas novas inquietações acerca das relações entre os rios e as cidades e o modo como elas são articuladas por dois pesquisadores a partir de suas experiências etnográficas específicas.

Palavras-chave: antropologia urbana; rios e cidades; paradigma ecológico.

Abstract:

This paper aims at discussing the relationship between rivers and cities from the perspective of urban anthropology. In the urban studies' tradition in Brazil, rivers sometimes are seen as an urban problem – when they become obstacles to the construction of avenues, cause floods, become waste disposal sites or when they exceed their forged limits and occupy the planned places built on top of them – or as a cultural heritage – when they are recognized for their importance to the urban development or as traces of a nature buried by asphalt. In this paper, we will discuss the emergence of “ecological” concerns in large urban centers based on an integrative view of nature and the needs of metropolitan life. To do so, we will focus on studies of urban anthropology, seeking to find traces of these new concerns about the relations between rivers and cities and how they are articulated by two researchers based on their specific ethnographic experiences.

Keywords: urban anthropology; rivers and cities; ecological paradigm.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. (E-mail para contato: camargo.fmc@gmail.com.)

² Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. (E-mail para contato: felipedesouzapinto@gmail.com.)

Os rios também têm história (FEBVRE, 2000, p. 9).

A cidade nasce da água. A história urbana pode ser traçada tendo como eixos as formas de apropriação das dinâmicas hídricas. A trajetória das relações entre cidades e corpos d'água reflete, assim, os ciclos históricos da relação entre homem e natureza. (MELLO, 2008).

No interior do Estado de São Paulo, em Piracicaba, a primeira quinzena de janeiro de 2016 foi de muita chuva. Depois de alguns dias chovendo, com alguns raros momentos de trégua, os moradores da Rua do Porto começaram a se preocupar com o nível da água do rio, que subia rapidamente. Duas páginas do Facebook³ alertavam sobre a possibilidade de alagamentos na região. Circulavam entre os moradores da cidade boatos sobre o rompimento de pequenas hidrelétricas, localizadas em rios afluentes do rio Piracicaba. A chuva estendeu-se pela noite e a Defesa Civil foi chamada para a região da Rua do Porto, mas as declarações de seus representantes era de que não havia risco de transbordamento do rio. No entanto, muitos moradores, prevendo o pior, retiravam seus pertences de casa, pois acompanhavam o monitoramento do nível de água do rio realizado pelo Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo (Saisp)⁴. Contrariando as informações da Defesa Civil, por volta das 22h 30min, as águas do rio Piracicaba transbordaram de suas margens, entrando nas casas e restaurantes da Rua do Porto.

A chuva permaneceu pela madrugada e o nível do rio registrou sua maior vazão às 5h da manhã. Os moradores permaneceram próximos às suas casas, com medo de que fossem saqueadas. Apesar da madrugada de muita chuva, pela manhã o sol resolveu aparecer. Os moradores, em sua maioria, já tinham retirado seus pertences e, sentados em cadeiras de praia, esperavam a água baixar. A luz do dia revelava aquilo que a enxurrada de água havia trazido e provocado na Rua do Porto: muito lixo e alguns animais mortos, como um cachorro e uma capivara que boiavam nas margens alagadas do rio. Alguns garotos brincavam na água e outros pulavam com boias de uma ponte. Muitos curiosos chegavam para ver o rio e fotografar a rua tomada pelas águas. Um homem, abaixado

³ Centro de Monitoramento Piracicabano e PiraNot.

⁴ O Saisp é operado pela Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH) por meio da Rede Telemétrica de Hidrologia do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e pelo Radar Meteorológico de São Paulo.

próximo à água, chorava. Perguntei-lhe se havia perdido alguma coisa nas águas do rio, mas ele disse que seu choro era de felicidade por poder ver o rio “vivo” novamente.

Uma equipe de repórteres procurava, sem sucesso, por pessoas que pudessem dar depoimentos lamentando a enchente na Rua do Porto, no entanto, os discursos dos moradores e frequentadores da rua eram de felicidade. Lembravam até que, na última enchente, em 2011, alguns moradores haviam feito “o churrasco da enchente”, que ficou famoso, pois acabaram aparecendo no *Fantástico*⁵. Curiosamente, dois jovens posicionaram-se de costas para o rio e atiraram suas varas de pescar em direção à rua alagada, alguns minutos depois capturaram um peixe, o que os fez cair na gargalhada. Algumas casas exibiam na janela uma bandeira do Divino Espírito Santo. A bandeira posicionada na janela é um pedido ao rio para que a água não invada sua casa, mas também é sinal de agradecimento por mostrar-se vivo.

Na capital do estado é comum ouvir relatos de enchentes. No Capão Redondo, um acontecimento de grandes proporções ocorreu em 2015, nas imediações do Parque Santo Dias, na Av. Ellis Maas com a Rua Integrada. Nesta região acontece o encontro de três cursos d’água que juntos formam o Córrego do Morro do S. Foi numa tarde de março, fechando o verão, que fortes chuvas atingiram a Zona Sul da cidade de São Paulo. As águas tomaram as ruas da região provocando alagamentos, invadindo apartamentos térreos e arrastando carros para dentro de córregos. Apesar da chuva rápida, seus efeitos na paisagem perduraram por algum tempo nas histórias contadas pelos moradores e frequentadores da região. Durante algumas semanas, todos que por ali passavam lembravam-se da força das águas invadindo os apartamentos ou arrastando carros e pertences de moradores.

Outro dia, outra enchente. A alguns quilômetros desta região, no centro do distrito de Campo Limpo, as águas de um córrego, afluente do rio Pirajuçara, transbordaram suas margens. Depois de um dia inteiro de muita chuva, quando voltava para casa de transporte coletivo, presenciei os estragos da enchente – um carro estava caído dentro de um córrego. Além disso, as ruas tomadas pelas águas impossibilitavam a passagem dos veículos, deixando o trânsito da região, que já é complexo, ainda mais complicado.

Na cidade de Taboão da Serra, vizinha aos distritos de Campo Limpo e Capão Redondo, o rio Pirajuçara transbordara em 2016. Em 2010, o governo do estado de São Paulo construiu nessa região um *piscinão*, que tinha por objetivo acabar com os episódios frequentes de enchentes. A construção desse piscinão foi comentada pelo então governador

⁵ O *Fantástico* é um programa televisionado pela Rede Globo de Televisão que vai ao ar aos domingos à noite.

José Serra, em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, em 14 de janeiro de 2010: “A gente não sabe até onde as mudanças climáticas vão levar as chuvas, mas com o piscinão os problemas são infinitamente menores” (FREITAS, 2010). Apesar disso, a enchente de 2016 causou um grande transtorno aos moradores da região, pois as águas invadiram diversas casas, destruindo tudo que encontravam pela frente. Após esse episódio, um grupo de jovens que fazem grafite iniciaram um projeto para angariar doações para os moradores da região.

Esses relatos de episódios de enchentes apresentados acima compõem o projeto de pesquisa coletivo *Rios, tempos, cidades*, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da Unifesp (Visurb), entre 2016 e 2017, que tinha por objetivo refletir sobre a relação entre as pessoas, as cidades e seus rios, a partir de saídas coletivas realizadas nas cidades de São Paulo, SP, e Itanhaém, SP, de discussões teóricas sobre a relação entre natureza e cultura na Antropologia e de algumas experiências etnográficas individuais de pesquisadores do grupo. As saídas coletivas, alinhadas com as discussões teóricas, permitiram expandir a reflexão para outros contextos.

No movimento de olhar para a (re) existência dos rios nas cidades, o objetivo deste artigo é refletir sobre as relações proporcionadas por essa presença a partir de etnografias realizadas em dois contextos urbanos distintos – a região da Rua do Porto, localizada na cidade de Piracicaba, SP, e o distrito do Capão Redondo, em São Paulo, SP. Partimos do pressuposto de que o contexto urbano constitui um conjunto complexo de ambientes manejados pelos humanos, em que as ações técnico-culturais, bem como as agências não humanas interferem e cooperam na configuração dos lugares da cidade (SILVEIRA, 2009). Podemos dizer que o humano “afeta e é afetado pelo meio: ele constitui a paisagem à medida que é constituído por ela” (FAVRET-SAADA apud SILVEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, é necessário retomar uma discussão “clássica” na Antropologia – a relação homem e natureza. Guardando suas diferenças e particularidades, essa temática foi abordada por diversos autores, como Lévi-Strauss (1982), Evans-Pritchard (1978), Viveiros de Castro (2002), Ingold (2000), Latour (1994) e Descola (2006). Na Antropologia, o debate, inicialmente, preocupou-se em distinguir aquilo que seria do campo da natureza e o que seria do campo da cultura. No entanto, esse dualismo aparece superado no debate contemporâneo, naquilo que se denominou “virada ontológica” (DESCOLA, 2006; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; LATOUR, 1994), que, ao invés de investigar como os sujeitos veem o mundo, procura entender que mundos os sujeitos veem. Atualmente, cultura e natureza deixaram de ser dois termos que se opõem. Isto permite uma ampliação da própria noção de natureza “restituindo o lugar de uma ecologia urbana que vislumbra os ecossistemas

urbanos como os lugares da existência humana com os demais seres que a compõem e, por isso, como um lócus de manifestação do sensível” (SANSOT, 1983 apud SILVEIRA; OSÓRIO, 2016).

Dessa forma, procuramos olhar para o contexto urbano como um conjunto complexo de ambientes que, apesar dos esforços para consolidação das ordens formais por meio das táticas de planejamento, as agências humanas e não humanas cooperam para outras configurações dos espaços praticados (CERTEAU, 2014). A cidade

está aberta às vicissitudes e aos imponderáveis inerentes à sua dinâmica pulsante, os quais apontam para o fato de que para além de certos dispositivos de controle sobre as formas do vivo [...] presentes em seu contexto [...] existe em tal processo uma autonomia das/nas paisagens que tem relação direta com dimensões biogeográficas e sazonais que, por certo, também (re) definem os seus constituintes de acordo com a região e o contexto onde aparecem como elementos em interação com o edificado e, por isso, mostrando-se em constante permuta tanto de matérias quanto de energias. (SILVEIRA, 2016, p. 289).

Em todo o mundo, os rios atuam como definidores para a fundação e o desenvolvimento de muitas cidades. Os rios Nilo (Egito), Jordão (Israel/Palestina), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia, atual Iraque e Kuwait) ocupam lugar importante na história das civilizações. Outros, como os rios Sena (França), Mississippi (EUA), Tejo (Portugal), Amarelo (China), Ganges (Índia), dentre muitos outros, foram fundamentais para a constituição de diversas cidades ao redor do mundo. Nas margens dos rios agruparam-se núcleos populacionais, desenvolveu-se a agricultura, formaram-se cidades, estabeleceu-se o comércio. Baptista e Cardoso (2013) apontam que, para o surgimento das cidades, os rios, além de prover água para consumo, higiene, agricultura e atividades artesanais, proporcionaram a comunicação e o comércio. Além disso, em muitos casos eles desempenharam um papel na defesa e proteção das cidades (BAPTISTA; CARDOSO, 2013, p. 127).

No Brasil, a maioria dos surgimentos citadinos teve o rio como elemento definidor. Conforme aponta Gandara (2017), em todas as capitais brasileiras, os rios ocuparam lugar central no desenvolvimento urbano (p. 6).

Nas margens dos rios brasileiros se estabeleceram núcleos, constituíram-se engenhos, fizeram penetrações horizontais e verticais do território. Eles foram colaboradores fundamentais às bandeiras, às missões, às entradas, às tarefas de domesticação dos índios, às descobertas de ouro e pedras preciosas, à agroindústria do açúcar, à fixação de núcleos, ao desenvolvimento da pecuária, à ampliação da lavoura de gêneros alimentícios, povoamento e cidades. (GANDARA, 2017, p. 6).

Em seu artigo “A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos”, Gouveia (2016) demonstra que a rede fluvial do Planalto Paulistano induziu o estabelecimento da Vila de São Paulo de Piratininga, dando origem à cidade de São Paulo, capital do estado.

Assentada no topo de uma colina pouco elevada, o núcleo embrionário da cidade achava-se rodeado pelo Rio Tamanduateí e pelo Ribeirão Anhangabaú, e mais afastado, ao norte, estava o Rio Tietê. Naquela época, as inundações periódicas do rio Tamanduateí e do rio Tietê constituíam um aspecto muito positivo, pois transformavam a colina em verdadeira península, garantindo a segurança da vila durante os meses de verão. (PMSP/SMC/DPH, 2006 apud GOUVEIA, 2016, p. 2).

Para a criação da Vila de São Paulo, os jesuítas instalaram-se ao lado de duas tribos indígenas que viviam entre o rio Tamanduateí e o ribeirão Anhangabaú. Esse ponto foi considerado estratégico, uma vez que, de um lado, os jesuítas acessavam águas limpas para consumo no ribeirão Anhangabaú e, do outro, podiam deslocar-se pelas águas do rio Tamanduateí até o rio Tietê. A via fluvial da bacia dos rios Tietê e Paraná tornou-se uma das mais importantes hidrovias brasileiras. Apesar da reconhecida importância para o surgimento da cidade de São Paulo, os rios aos poucos passaram a tornar-se obstáculos à expansão urbana desejada. Conforme apontam Rolnik e Klink,

a engenharia urbana mecânica [...] tratou sua geografia natural – como rios, vales inundáveis e encostas – como obstáculo a ser superado, aterrando, terraplanando e caucionando as águas, num desenho que procura minimizar as perdas territoriais para o mercado de solos. (2011, p. 104).

No documentário *Entre Rios* (2009), o Viaduto do Chá, localizado sobre o vale do ribeirão Anhangabaú na cidade de São Paulo, é apontado como um marco de superação das barreiras que os rios impuseram à “expansão” da cidade. O viaduto ligou o chamado “centro velho” aos loteamentos destinados à elite cafeeira, que surgiam a oeste da cidade. Esses loteamentos possuíam uma infraestrutura de água encanada que mudou ainda mais a relação da cidade com seus rios. Em 1878, surgiu o primeiro sistema de abastecimento de águas de São Paulo – a Companhia de Água e Esgoto Cantareira. Esse sistema aduzia a água da Serra da Cantareira para reservatórios que abasteciam uma parte da cidade de São Paulo.

Os rios exerceram papel importante também no desenvolvimento das cidades do interior do Estado de São Paulo. Apesar de muitos historiadores do início do século XX mencionarem o papel dos rios na fundação das cidades do interior do estado, sabe-se hoje que as vias fluviais não foram muito utilizadas para o deslocamento dos Bandeirantes pelo território. Canoas e barcos eram usados esporadicamente para travessia de pequenos trechos e depois abandonados.

Outro grande erro, do qual não tem escapado mesmo muitos historiadores de certo renome, consiste na suposição de que o movimento expansionista das bandeiras se deu pelas vias fluviais. O Tietê, o velho Anhembi, que a primeira vista parece ter sido o grande caudal que determinou o bandeirismo, foi desconhecido de grande parte do movimento. (ELLIS, 1934, p. 44).

No entanto, Cassiano Ricardo (1959), ao se referir à geografia do estado de São Paulo, aponta que o rio Tietê teve influência decisiva sobre o grupo de bandeirantes liderado por Piratininga. “A serra abrupta (geografia estática), o planalto dinâmico (geografia motora) e o Tietê, que dava as costas para o mar (geografia móvel), tiveram decisiva influência sobre o grupo de Piratininga” (RICARDO, 1959, p. 60). Capistrano de Abreu (1999) conta que os bandeirantes, ao encontrarem algum rio que servisse para a navegação, “improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos” (ABREU, 1999, p. 143). Embora existam divergências quanto ao papel dos rios na expansão bandeirante pelo interior do estado de São Paulo, o fato é que muitas cidades surgiram nas margens de rios, como Piracicaba, Itu, Salto, Pirapora, dentre muitas outras, demonstrando seu importante papel para a formação dessas cidades.

Em 1766, o Capitão-General de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, encarregou o Capitão Antônio Corrêa Barbosa de fundar uma povoação na foz do rio Piracicaba. Este, no entanto, optou pelo local habitado pelos índios Paiaguás, onde já se haviam fixado alguns posseiros, à margem direita do salto, a 90 quilômetros da foz, entendendo ser o lugar mais apropriado da região. A povoação seria ponto de apoio às embarcações que desciam o rio Tietê, oferecendo retaguarda ao abastecimento do forte de Iguatemi, fronteiro do território do Paraguai. Em 1784, Piracicaba foi transferida para a margem esquerda do rio, logo abaixo do salto, onde os terrenos melhores favoreciam sua expansão. (IPPLAP, [s.d.b]).

Pela presença e importância dos rios para a fundação e desenvolvimento de diversas cidades, estes são foco de pesquisas de algumas áreas do conhecimento, como Urbanismo, História, Geografia, Ecologia, Recursos Hídricos. Podemos observar que nesses estudos os rios aparecem ora como fundamentais no desenvolvimento das cidades, quando oferecem água, peixes, minerais e energia ou, ainda, quando proporcionam navegação, meios de comunicação e crescimento demográfico, ora como preocupação urbana, quando se tornam obstáculos à construção de ruas e avenidas, quando se tornam lugares de descarte de dejetos ou, ainda, quando excedem seus limites forjados, causando alagamentos e enchentes.

[...] na prática de estruturação das cidades, o modo de expansão urbana utilizou-se do território das águas. Os rios cederam espaço para as reformas urbanas que os canalizou para servir ao sistema de esgoto. Paredes verticais de concreto demarcaram-nos. Alguns foram escondidos embaixo da terra. Mudaram o rio a seu modo. Sepultaram os rios cidadãos! [...] Restou, então, afundar seus leitos. Cortar-lhes as curvas. Colocá-los em canos. Confiná-los. (GANDARA, 2017, p. 7).

Dentro dos estudos de planejamento e gestão das cidades, há um fenômeno contemporâneo de políticas de “revitalização” e “requalificação” de áreas de “contato entre um meio aquático, como porto, mar, rio, lago e o ‘meio urbano’” (ANDREATTA, 2010 apud SOARES, 2014). Saraiva (1999) demonstra que a relação entre as cidades e os cursos de água está pautada num movimento que se inicia no desejo de controle e domínio dos rios,

passando por uma degradação e sujeição até chegar a um processo de recuperação e sustentabilidade. No final do século XIX e início do século XX, a chamada lógica sanitária ou higienista, juntamente com o modelo urbano progressista,

promoveu [...] uma brusca mudança na aceitação dos corpos d'água no meio urbano. A ordem era afastar a presença da água por meio de sistemas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário através de redes subterrâneas, com a intenção de promover melhores condições de circulação e de conforto. (SILVEIRA apud FRIEDRICH, 2007, p. 30).

No movimento urbanístico posterior, na segunda metade século XX, Friedrich (2007) observa uma leve mudança na forma de interação entre os rios e as cidades, consequência da produção de uma legislação regulatória e do avanço tecnológico para tratamento de esgoto. Com isso, as águas passam a ser consideradas um bem público. No entanto, observa-se um aumento das áreas impermeáveis nas cidades, ocasionando um aumento dos alagamentos e enchentes.

Friedrich aponta para uma virada no que se refere à gestão das águas nas cidades a partir da década de 1980, quando foram criados instrumentos de gestão de recursos hídricos, como o Licenciamento Ambiental e a Avaliação de Impacto Ambiental. Nessa mesma década, “o Brasil define sua Política Nacional de Meio Ambiente, institui o Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama [...] e consolida a indissociabilidade solo-água através da Política Nacional de Recursos Hídricos” (2007, p. 32). Segundo a autora,

Este último período caracteriza-se por uma visão mais preventiva, e não tanto curativa. Assiste-se, com este novo pensamento, ao desenvolvimento de atitudes e programas que visam considerar, na gestão dos recursos hídricos, o seu potencial ecológico e a diversidade, bem como a riqueza cênica e paisagística que lhes está associada. (SARAIVA, 1999 apud FRIEDRICH, 2007, p. 32).

Após a década de 1980, em decorrência do que muitos autores denominam Movimento Ecológico (ALONSO, COSTA; MACIEL, 2007), conceitos como *desenvolvimento sustentável*, *qualidade de vida urbana*, *qualidade de ambiente urbano*, *pegada ecológica* passam a fazer parte do vocabulário e da gestão urbana das cidades. Dessa forma, a partir de 1990, áreas de contato do meio aquático (mar, rio, lago, lagoa etc.) com a cidade

passaram a receber estratégias de intervenção que visam à “valorização”, “recuperação/restauro”, “preservação/conservação” (FRIEDRICH, 2007, p. 34-35).

Nessa mesma década ocorre a ampliação da ideia de *patrimônio cultural* na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Unesco (1992). Nessa convenção, realizada em Paris, foi criada a categoria *paisagem cultural*⁶. A *paisagem cultural* é entendida como um “conjunto espacial composto de elementos materiais construídos, associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente” (PAISAGEM CULTURAL, [s.d.]). No Brasil não existe uma legislação específica que corresponda aos critérios da Unesco. Nesse caso,

[...] utilizam-se duas formas de instrumento legal. Paisagens com funções preponderantemente ecológicas são protegidas pela legislação de conservação da natureza, sob atribuição de órgãos ambientais. Paisagens de predominante valor histórico e cultural adotam a mesma legislação utilizada na proteção de bens móveis, edificados e de centros históricos urbanos. (IPHAN, 2004, p. 8).

Apesar da ampliação da ideia de patrimônio na década de 1990 pela Unesco, no Brasil, apenas em julho de 2012 a Unesco reconheceu no Rio de Janeiro a primeira área urbana do mundo a receber o título de Paisagem Cultural, os locais contemplados pela chancela foram – Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca, Aterro do Flamengo, Jardim Botânico, Praia de Copacabana, entrada da Baía de Guanabara.

Conforme aponta Vidal e Gandara, recentemente o Parlamento da Nova Zelândia reconheceu o rio Whanganui, considerado sagrado pelos maoris, como uma entidade viva. Segundo os autores, o ministro da justiça da Nova Zelândia, Chris Finlayson, declarou que o rio terá sua própria identidade jurídica com todos os direitos e deveres aferentes (2017, p. 1). Em 1994, na cidade de São Paulo, ocorreu o tombamento da área que hoje tem o nome de Parque do Povo, localizado em uma área de várzea nas margens do rio Pinheiros, segundo Magnani e Morgado (1996), “o que inicialmente justificava o pedido de tombamento, contudo, era a necessidade de manter uma área verde, com vistas à qualidade ambiental da cidade” (MAGNANI; MORGADO, 1996, p. 1). No entanto, no decorrer do processo, o principal motivo dado ao tombamento foi a forma de ocupação desse espaço –

⁶ Paisagem cultural é uma categoria de Patrimônio Cultural e Natural criada pela Unesco em 1992, que tem por objetivo inscrever áreas ao redor do mundo que representem as obras combinadas do homem e da natureza, passando a serem protegidas como Patrimônio da Humanidade (UNESCO, 1992).

“a comprovação da presença contínua de times de futebol varzeano” (MAGNANI; MORGADO, 1996, p. 1).

Na última década, assistimos a uma nova forma de olhar para a questão ambiental em contextos urbanos no que se refere à criação de parques dentro de cidades – os parques lineares. Nessa concepção,

Os Parques Lineares são obras estruturadoras de programas ambientais em áreas urbanas, sendo muito utilizados como instrumento de planejamento e gestão de áreas degradadas, buscando conciliar tanto os aspectos urbanos e ambientais como as exigências da legislação e a realidade existente. [...] neste tipo de parque têm-se a agregação de funções de uso humano, expressas principalmente por atividades de lazer, cultura e rotas de locomoção não motorizada, como ciclovias e caminhos de pedestres. No que se refere ao manejo de águas pluviais, o parque linear tem como um de seus princípios fundamentos aumentar a área de várzea dos rios, permitindo, assim, o aumento das zonas de inundação e a vazão mais lenta da água durante as cheias dos rios. (ABPC, s.d., p. 1).

Nesse breve histórico sobre as formas de interação entre rios e cidades procuramos mostrar uma mudança de paradigma na forma de olhar para a relação rio-cidade. O estudo dos diferentes mundos que se encontram nesse contexto permite avançar na compreensão das complexas interações entre humanos e não humanos “considerando a dimensão coexistencial das paisagens urbanas abarcadoras de nichos (ecológicos, tróficos, espaciais) ocupados por distintos não humanos em interação com os coletivos humanos” (SILVEIRA, 2016, p. 288).

Considerando a importância das relações dos rios com as cidades, introduzida acima, apresentamos dois estudos realizados em contextos etnográficos distintos – a Rua do Porto, localizada na cidade de Piracicaba, interior do estado de São Paulo, e o bairro do Capão Redondo, localizado na cidade de São Paulo. Podemos dizer que, apesar das diferenças de escala entre as duas cidades – Piracicaba com quase 370 mil habitantes (IBGE, [s.d.]) e São Paulo com cerca de 12,4 milhões –, veremos a partir das etnografias apresentadas que as relações dessas cidades com seus rios ora se aproximam ora se afastam. Além disso, veremos o quanto as agências humanas e não humanas cooperam para a formação dos espaços das cidades e, por sua vez, como a presença dos rios no meio urbano tensiona a relação entre natureza e cultura.

REVISTA PENSATA | V.6 N.1

DEZEMBRO DE 2017

Um rio alagado pela cidade: uma experiência etnográfica nas margens da Rua do Porto⁷

Como registro de sua fundação no ano de 1767, e carregando o mesmo nome do rio que a corta de ponta a ponta, Piracicaba – do Tupi Guarani “lugar onde o peixe para” – está localizada a 152 km a noroeste da capital do estado de São Paulo. Sua extensão territorial é de 1.368 km² e possui 364.571 habitantes (IBGE, [s.d.]). Piracicaba é uma referência para

⁷ Todas as imagens utilizadas nesse texto foram retiradas do acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP.

os moradores das demais cidades da região, que buscam bens e serviços especializados, como comércio, serviços de saúde, atividades artístico-culturais e de lazer.

No centro da cidade de Piracicaba, situada à margem esquerda do rio, a Rua do Porto é consagrada como um corredor de lazer e como local de rememoração histórica. Essa rua é uma marca na cidade de Piracicaba, pois constitui-se como um baú de memórias que desperta nos moradores e visitantes inúmeras lembranças individuais e coletivas, afetivas e políticas. A Rua do Porto é palco de inúmeras relações e formas de sociabilidade que se transfiguram com a passagem do tempo e atuam na transformação do espaço. Ora ela é ocupada por aposentados jogando caxeta ou dominó, ora serve de palco para apresentações e exposições artísticas; algumas vezes vira trajeto de procissão; outras vezes é local de confraternização, de turismo gastronômico ou local de passagem para chegar à pista de skate. É ponto de encontro de jovens e local de admiração das águas do rio Piracicaba e de edifícios antigos reconhecidos como patrimônio histórico da cidade. Já abrigou um engenho de cana-de-açúcar, olarias, uma indústria de tecidos e fabriquetas de pamonha. Foi local de prostituição e de crimes que marcaram a cidade. Também foi local de disputas de projetos e suas interpretações do lugar, como o projeto para a instalação do Museu da Cana-de-Açúcar (em andamento), o projeto de requalificação urbana Beira-Rio etc.

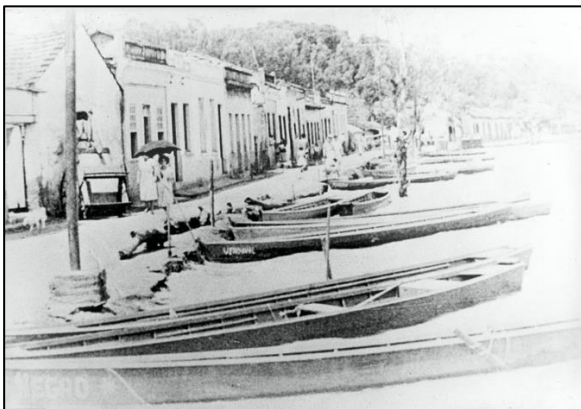
Segundo o jornalista Cecílio Elias Netto (2016), o primeiro registro escrito do nome “Rua do Porto” é de abril de 1863, encontrado em uma publicação do *Diário Oficial*. No passado ela já foi chamada de “Rua da Praia” ou de “Vilarejo dos Pescadores”:

era a rua dos pescadores, rua de navegação fluvial, rua de barcos, rua de famílias e de pessoas marginalizadas. [...] havia um ou dois bares, a rua ainda não era asfaltada, nem tinham quiosques, era o lugar onde as pessoas se conheciam, se reuniam para pescar no período da manhã e tiravam a tarde para o lazer a beira-rio, o pessoal sentava-se a beira-rio, ou dentro dos barcos para aproveitar a boemia local e contar histórias lendárias sobre o rio. (RUA DO PORTO, [s.d.]).

As margens do rio Piracicaba foram ocupadas por atividades industriais e, desde 1950, já estavam instaladas ali 18 usinas de açúcar, 76 engenhos, 25 fábricas de papel de celulose, 14 curtumes, 33 indústrias químicas e farmacêuticas, 43 têxteis, 74 alimentícias, 14 metalúrgicas e 27 tipos de outras tantas (CARRADORE; BUZETTO apud DAWSEY,

2012, p. 198). Ainda hoje, ao caminhar pela região da Rua do Porto, podemos observar, de um lado e do outro do rio, edifícios e ruínas que abrigavam algumas dessas indústrias.

Em 1950, os moradores da rua formavam a segunda maior colônia de pescadores do estado de São Paulo (NEPTUNE, 2003, p. 44). “Nos barrancos da Rua do Porto se enfileiravam quase duas mil embarcações. Mesmo em 1979, a colônia de pescadores da bacia do Piracicaba, [...] ainda capturava, em média, 1.000 kg de peixes diariamente” (CARRADORE; BUZETTO apud DAWSEY, 2012, p. 198). Essa realidade modificou-se rapidamente. Neste mesmo ano, representantes da colônia de pescadores da Rua do Porto manifestaram-se com preocupação em relação à diminuição das atividades pesqueiras em razão ao grau de poluição que atingia as águas do rio Piracicaba.



Na região da Rua do Porto, a margem direita do rio Piracicaba foi ocupada por um engenho de cana-de-açúcar, que tem como data de instalação o ano de 1880, e a margem esquerda abrigou uma fábrica de fiação e tecelagem, Fábrica Arethusina-Boyes, inaugurada em 1874, e olarias que extraíam argila do rio para a produção de tijolos e telhas, construções que datam de 1920. Esse tipo de utilização das margens do rio Piracicaba deu-se, basicamente, pela facilidade na utilização das águas do rio para a produção industrial.

Em meados de 1880, em decorrência do crescimento econômico proporcionado pela instalação do Engenho Central de Cana-de-Açúcar nas margens do rio Piracicaba, a cidade deslocou-se para o topo da colina, restringindo a região próxima ao rio para as camadas mais pobres da população (OTERO; BOLOGNA; ALMEIDA, 2012).

Apenas o humilde imigrante italiano Afonso Pecorari, de seu armazém e já orientando o filho Alidor, o Lelé, conhecia todos os que iam e vinham, pescadores, oleiros, prostitutas, as negras que a cidade enjeitava, os homens com cara de maus [...]. Os moradores [...] queixavam-se por ser lugar insalubre e abandonado pela Intendência. Quase ao lado do Largo dos Pescadores, despejava-se o esgoto da cidade, lugar mal-cheiroso que as pessoas mais bem educadas haviam apelidado de “Vesúvio”, mas que o povo chamava de “Bosteiro”, nome que quase atravessou o século: “não vão nadar no ‘Bosteiro’ que lá pega doença”, diziam as mulheres do povo para os meninos que iam em busca da sedução do rio. (NETTO, 2012, p. 1).

Em 1965, uma área de várzea de aproximadamente 105 hectares, localizada na margem esquerda do rio Piracicaba, foi destinada à construção de lotes residenciais. No entanto, em 1970, uma enchente tomou conta dessa área, fazendo com que a prefeitura de Piracicaba iniciasse seu processo de desapropriação. A enchente permitiu ao poder público constatar que, pela situação de várzea da região, a urbanização com a construção de lotes residenciais era incompatível. No entanto, constatou-se que as condições lhe conferiam um potencial para o lazer e o turismo, como já era observado em outros pontos ao longo do rio Piracicaba. Foi então elaborada uma proposta de desapropriação para instalação de um parque público para a população local e regional (OTERO; BOLOGNA; SOUZA, 2012, p. 72).

O projeto original previa a implantação de um grande parque público, que ofereceria um teleférico, um “trenzinho”, lanchonetes, sanitários, equipamentos esportivos, um parque florestal com viveiro de plantas, centro cultural, comercial, discotecas, restaurantes e um

kartódromo. Este projeto recebeu diversas críticas da população, o que fez com que nunca se concretizasse. No entanto, outro projeto foi implantado em 1978, dando origem à “área de lazer do trabalhador” e ao “parque da ‘Rua do Porto’” (GOBETH et al., 1977 apud OTERO; BOLOGNA; SOUZA, 2012, p. 6).

O Engenho Central de Cana-de-Açúcar, construído em 1880, passou por muitas transformações e administrações e, em 1974, foi desativado. Nessa mesma época, a região da Rua do Porto ainda abrigava algumas fábricas caseiras de pamonhas. A produção de pamonha em Piracicaba aproveitava as águas do rio Piracicaba no processo de produção. Iniciada em 1952, a fábrica de pamonhas chegou a produzir mais de dez mil pamonhas por dia.

Em 1989, o complexo de edifícios do Engenho Central foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (Codepac). Com o passar dos anos, ao crescimento urbano de Piracicaba somou-se a baixa qualidade das águas do rio que, em 1980, atingiram alto grau de poluição:

O cenário, especialmente no último quarto do século XX, era desolador: à degradação de suas águas e privatização de suas margens somava-se um progressivo afastamento do berço de nascimento da cidade de Piracicaba, decorrente de uma política de ocupação urbana. (OTERO; BOLOGNA; ALMEIDA, 2012, p. 23).

A rua passou por intervenções do poder público para a “requalificação” urbana. O Projeto Beira-Rio foi a principal ação da Prefeitura de Piracicaba para a “requalificação” da Rua do Porto. No ano 2000, foi elaborada uma Agenda 21 local, que incluiu em suas metas a elaboração de um plano de requalificação da orla do rio Piracicaba. Segundo dados coletados no *site* do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP),

a ideia do Projeto Beira-Rio surge desta constatação – rio e a cidade formam um sistema biocultural uno e generalizado, no qual o desenvolvimento da cidade passa pelo desenvolvimento de sua relação com o rio. O planejamento desta relação é fundamental para a construção de uma cidade sustentável, calcada na indissociabilidade entre evolução econômica, preservação dos recursos e inserção social. (IPPLAP, [s.d.a]).

Segundo o relatório do projeto, esse diagnóstico apontou para a necessidade de restabelecimento da margem do rio como “espaço público”. Na avaliação desenvolvida pelo projeto, uma das ações para o restabelecimento da margem do rio era livrá-la da condição de “barranco”, imposta por um padrão predatório de urbanização (IPPLAP, [s.d.a]).

Outras intervenções vêm sendo realizadas na região da Rua do Porto. Em 2015, o Codepac aprovou a adaptação do prédio da antiga fábrica Boyes, localizada na Av. Beira Rio, para a construção do Mirante Shopping, previsto para inauguração em 2017. Também em 2015 foi aprovada a primeira fase do projeto urbanístico de mobilidade na Av. Renato Wagner (margem esquerda do rio). Este projeto prevê a requalificação dessa avenida com a instalação de ciclovias, deques de madeira para acesso à margem do rio e recapeamento da via asfáltica. As ações do poder público e o movimento urbano em Piracicaba transformaram as atividades da margem do rio, que antes eram industriais, priorizando, atualmente, o turismo gastronômico e o lazer.

Na semana do dia 22 de dezembro de 2014, fortes chuvas atingiram a cidade de Piracicaba, elevando o nível de água do rio em 110%. Isso fez com que centenas de moradores fossem às margens do rio Piracicaba, na região da Rua do Porto, para apreciar suas águas. Durante períodos de cheia do rio Piracicaba, muitas vezes a Rua do Porto fica alagada, impactando as atividades de pesca, turismo e lazer. Já nas secas, o mau cheiro do rio afasta a grande quantidade de turistas da Rua do Porto. Além disso, as águas ficam inadequadas para a atividade pesqueira.

De janeiro de 2000 a março de 2016, foram registrados 39 alertas emitidos pela Defesa Civil e 18 episódios de alagamentos ou enchentes. Ao caminhar pela Rua do Porto, vemos que todas as residências e estabelecimentos comerciais são numerados com placas pela Defesa Civil, indicando a prioridade do imóvel para retirada dos moradores e pertences em caso de enchente.

Enchentes do rio, inundando a Rua do Porto, chegaram a ser uma quase poética tradição de Piracicaba. Era uma tal beleza trágica que o bem e o mal pareciam unidos num mesmo fenômeno natural que, trazendo desespero para muitos, arrebatava como espetáculo também humano. Pois os moradores da rua, pescadores e seus familiares, negavam-se a sair, como se o rio, como entidade por assim dizer sagrada, não lhes desse autorização para abandonar suas águas. (NETTO, 2000, p. 36).

A enchente traz a memória de outras enchentes, do tio que foi pego de surpresa pelas águas e foi levado pela enxurrada ao churrasco na beira do rio televisionado pelo *Fantástico*. Os moradores tentam lembrar qual foi a maior enchente do rio Piracicaba, até onde a água chegou; os discursos sobre as diferentes causas para as enchentes no rio; as pescarias feitas no meio da rua; os perigos do rio e seus lugares; as histórias da mídia espetacularizando a enchente. Traz o peixe para a rua. Traz os turistas para ver o rio. A enchente carrega muita coisa, sujeira, animais mortos, a vida de alguns que se aventuraram nas águas, o homem que se suicidou. A enchente deixa sujeira, deixa marca nas casas, deixa memória, deixa animais mortos, deixa muita lama, deixa histórias.

Entre as margens, urbanização e periferia

O distrito do Capão Redondo localizado na região sudoeste da cidade de São Paulo e pertencente à subprefeitura do Campo Limpo, está a 19 quilômetros do marco zero da cidade. Até a década de 1930, esta região era de Mata Atlântica, com inúmeros cursos de água que cortavam todo o território. Essa região era utilizada como local de acampamento, caça e pesca pelos moradores do centro da cidade de São Paulo. Além disso, possuía fazendas de pequenos proprietários descendentes de imigrantes alemães. Foi por tal razão que uma expedição da Igreja Adventista no Brasil construiu, em 1915, o Colégio Adventista em um grande loteamento da região no qual havia uma vasta área para criação de gado e produção de hortaliças. Em 1960, o Capão Redondo iniciou um processo de transformação de zona rural em zona urbana periférica, com levas e mais levas de migrantes do interior do estado paulista e do nordeste brasileiro. A influência da nova população pode ser observada atualmente pela presença de muitos bares e casas de show de forró, brega e arrocha. A antiga ocupação de imigrantes alemães só pode ser percebida pelos poucos imóveis que ainda preservam a arquitetura da época.

Apesar de o território do Capão Redondo abrigar, historicamente, muitos rios e córregos, hoje é difícil perceber sua presença no espaço. No entanto, ao experienciar a cidade como uma morada (ECKERT; ROCHA, 2003), traçando itinerários e trajetos que nos fazem conceber o movimento urbano, é possível perceber pequenos vestígios que indicam os caminhos e os movimentos das águas pelo território. Caminhando por uma rua do Capão Redondo, uma abertura em uma parede rente ao chão me chama atenção. Do outro lado do muro há uma garagem de ônibus da Transkuba. Ao me aproximar da abertura, posso ouvir o barulho de água corrente. Conversando com os moradores mais antigos da rua, fico sabendo um pouco sobre aquele vestígio de rio que se apresenta por uma abertura no

muro. Até meados dos anos 1960, esse era um córrego utilizado pelos moradores para a pesca e o lazer. No entanto, aos poucos o pequeno córrego foi se tornando poluído pela grande quantidade de esgoto jogado em seu leito. Com suas águas impróprias para o consumo e lazer, o córrego foi canalizado e coberto, dando espaço para abrigar a garagem de ônibus.

Encoberto pelas propriedades privadas ficou difícil percorrer todo o caminho do córrego. Apenas observamos seus resquícios na paisagem. As ladeiras sinuosas permitem-nos perceber que ali é um vale, e o escoamento da chuva pelos bueiros nos leva em direção ao leito do rio. Dois terrenos com casas construídas e aparentemente coladas são levemente divididos pelo curso do córrego que corre por baixo da terra. Atrás das duas casas, o rio adquire um “terreno próprio”; parece respirar um pouco, para logo adiante ser encoberto pelo asfalto e seguir por baixo de outra garagem de ônibus, a Viação São Luís. O curso de água é a divisa entre as cidades de São Paulo e Taboão da Serra. Nessa mesma região, outros dois cursos de água surgem entre o concreto da cidade e seguem na direção contrária ao fluxo desse córrego. Os dois córregos encontram o Ribeirão do Morro do S, em frente ao Parque Santo Dias. O parque possui uma área de Mata Atlântica e, antigamente, fazia parte do terreno da fazenda onde está instalada a Escola Adventista. Toda a rede fluvial do Distrito do Capão Redondo acaba desaguando no rio Pinheiros.

No período rural do Capão Redondo, os córregos eram utilizados para o consumo e lazer humanos; todavia, no processo de ‘periferização’ ele passou a ser usado para despejo de dejetos, uma vez que o sistema de esgoto da região foi implantado tardiamente. Segundo alguns moradores – e recordando uma antiga divisão espacial do bairro –, os primeiros ‘urbanizadores’ não moravam perto dos córregos. Essas áreas foram tomadas por casas em um segundo momento, quando não havia mais loteamentos disponíveis; assim nasceram as favelas do distrito.

O processo de urbanização dessa região foi realizado por processos de terraplanagem e de partição de ruas que transformaram áreas privadas em públicas para a passagem dos moradores. Diferentemente disso, nas favelas os caminhos foram abertos pelos moradores e fizeram-se, em grande medida, ao mesmo tempo em que as casas eram levantadas desviando-se de dificuldades do terreno e caminhos de rio. Dessa forma, suas passagens conformam quase que labirintos difíceis de serem entendidos por quem não é um morador.

Em sua forma clássica, a favela é logo reconhecível por seu amontoado de barracos de madeira, ruas de terra malcuidadas, esgoto a céu aberto, falta

de serviços básicos – aspectos que contrastam nitidamente com loteamentos organizados, estruturas em blocos de concreto e até mesmo ruas calçadas nas quais a maioria das pessoas comprou seus lotes. (HOLSTON, 2013, p. 227).

Atualmente as residências mais próximas à Estação Capão Redondo do Metrô, inaugurada em 2002 e que a partir dessa data tornou-se, simbolicamente, o centro da localidade, estão mais “urbanizadas”, apresentando melhorias advindas da produção espacial dos governos municipal e estadual.

No entanto, ao nos afastarmos dessa região, observamos cada vez mais a precariedade das moradias e sua proximidade dos cursos de águas. Prevalece na paisagem o aspecto inacabado das construções, assim como remendos e resoluções provisórias; percebe-se até uma hibridação entre periferia e zona rural, marcando o final do perímetro urbano da cidade, com pequenas ilhas de moradias em meio a grandes áreas verdes. Salienta-se que, pelas próprias condições de autoconstrução da periferia, não é possível entendê-la de forma estanque; sua paisagem é heterogênea.

Via de regra, os bairros mais próximos, mais antigos e mais bem estabelecidos abrigam as casas mais diversificadas, enquanto os bairros mais novos e precários, mais distantes, são formados basicamente por barracos. Dessa forma, a arquitetura residencial nas periferias torna visíveis as forças sociais e de mercado que organizam mais amplamente a sociedade brasileira, assim como as idiossincráticas narrativas individuais que as estimulam. Nessa relação entre propriedade, cidadão e pessoas, a periferia é uma cacofonia de expressões individuais dentro de uma narrativa maior de segregação e insurgência. (HOLSTON, 2013, p. 223).

Nas favelas e áreas baixas dos terrenos, próximas aos leitos dos rios, os novos moradores encontram as maiores dificuldades, pois além da falta de estrutura de água, esgoto e mesmo pela precariedade do transporte, típico dos primeiros tempos do processo de ‘periferização’, há ainda as enchentes causadas pelas fortes chuvas entre os meses de novembro e março.

O rio pede passagem e toma sua várzea, agora ocupada por casas, das quais, os moradores tentam cuidar de uma forma improvisada. As enchentes na periferia fazem falar os rios soterrados, muitas vezes só lembrados como sinônimo de sujeira, de falta de urbanização e descuido político. Nos momentos em que as águas sobem e cobrem as ruas,

asfaltadas ou de terra batida, o rio é recordado, bem como os antigos desastres. Essas fatalidades podem ser vistas nas tentativas dos moradores de lidar com as águas, colocando comportas em suas garagens, subindo mais um andar das casas, ou construindo-as, quando possível, em aclives naturais ou mesmo artificiais, como é o caso da paisagem nas zonas de várzea do Taboão da Serra. Em outros casos, elas se mostram nas ações dos governos, ao canalizarem córregos e construírem *piscinões*. A bacia do Rio Pirajuçara, na região citada, por exemplo, precisou de quatro deles para conter as águas advindas das zonas mais altas da própria serra, como indica o nome da cidade alagada e de sua vizinha, Itapeçerica da Serra.

Outros moradores, entretanto, vivem uma realidade bem distinta. Os moradores do entorno do Parque Santo Dias não podem construir percalços para o espraiamento das águas, pois suas residências surgiram de projetos habitacionais do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) no final dos anos 1970. São prédios que obedecem a um padrão arquitetônico não modificável e os apartamentos não podem ser vendidos, conforme as regras do programa que financia as construções. Além disso, como as residências são construídas em mutirão, muitas ruas dessa região têm nomes relacionados a trabalhos coletivos, guardando consigo as histórias de lutas por moradia na cidade e armazenando, também, a vida de cada um que ali mora. Essas questões dificultam a mudança de local, já difícil para uma população com baixo poder aquisitivo, mas não impede a continuação da luta por melhorias na região e por uma urbanização isenta de problemas.

Considerações finais

Nessa pesquisa, a presença dos rios nas cidades revela-se pela complexidade de atores, atividades e temporalidades que habitam essa relação. O rio Piracicaba apresenta-se como patrimônio percebido a partir da história da relação do rio com a cidade. Ora suas margens são lugares de instalação dos primeiros moradores, ora são ocupadas por indústrias. Em outros momentos é local de pesca que movimenta a economia local, e ainda em outros é lugar da marginalidade. No entanto, sua presença é central em toda a história da cidade, fazendo com que o comportamento de suas águas modifique a forma de ocupação de suas margens. É no movimento das águas que ele surge como patrimônio. Nessa concepção, o rio atua com

poderosa função simbólica subjacente às expectativas humanas, na medida em que exerce, na vida de cada um de nós, uma mediação fundamental:

aquela entre o tempo passado, o presente e o futuro [...] Sem os patrimônios, perderíamos a capacidade de nos situar no tempo. (GONÇALVES, 2010, p. 2).

Nesse sentido, o rio, entendido como patrimônio, é classificado como parte inseparável de totalidades cósmicas e sociais e afirmam-se como extensões individuais e/ou de coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social (GONÇALVES, 2003, p. 18).

O rio no Capão Redondo corre por debaixo do asfalto, fragmentando sua presença no espaço. Diferentemente da cidade de Piracicaba, em que o rio ocupa lugar de destaque na paisagem, o rio no Capão Redondo muitas vezes só é percebido a partir de uma presença prolongada no espaço. Apesar disso, como em Piracicaba, no Capão Redondo os cursos de água modificam as formas de ocupação e usos do espaço, criando nichos ecológicos que fazem coexistir humanos e não humanos.

Referências bibliográficas

ABREU, C. O descobrimento do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ABPC – Associação Brasileira de Cimento Portland. *Projeto técnico: parques lineares como medidas de manejo de águas pluviais*. [s.d.]. Disponível em: <www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. "Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro." In: *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 151-167, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2017.

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. "Rios e cidades: uma longa e sinuosa história." In: *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, jul.-dez. 2013.

CAPÃO REDONDO GANHA mais um parque municipal. Prefeitura de São Paulo – Verde e Meio Ambiente, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/noticias/?p=198220> Acesso em: 11 out. 2016.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. v. 1. (Primeira edição publicada em 1994).

DAWSEY, J. "Bonecos da Rua do Porto: performance, mimeses e memória involuntária." In: *Revista Ilha de Antropologia*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 185-219, 2012.

DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2006.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. "Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana." In: *Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, Campinas, n. 9, p. 101-127, mar. 2003.

ELLIS, A. JR. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano: pesquisas nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos governos estadual e municipal*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

ENTRE RIOS: a urbanização de São Paulo. Produção de Joana Scarpelini. Direção de Caio Silva Ferraz. Edição de Luana de Abreu. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://vimeo.com/14770270>>. Acesso em: 13 out. 2017.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado*. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEBVRE, L. *O Reno: história, mitos e realidades*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FREITAS, C. *Governo de SP inaugura piscinão em Taboão da Serra*. Estadão, 14 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-inaugura-piscinao-em-taboao-da-serra,495868>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

FRIEDRICH, D. *O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

GANDARA, G. S. *Rios: território das águas às margens das cidades. O caso dos rios de Uruaçu – GO*. Confins, 18 jun. 2017. Disponível em: <<http://confins.revues.org/12066>>. Acesso em: 13 out. 2017.

GONÇALVES, J. R. S. *Patrimônio, natureza e etnicidade: reinvenções da cultura açoriana*. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2003, Coimbra. Anais... Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, p. 1-16.

GONÇALVES, J. R. S. "Os patrimônios e o tempo." In: *Sobre Cultural-Revista Ciência Hoje*, Suplemento Trimestral, n. 1. Abr. 2010.

GOUVEIA, I. C. M.-C. *A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos*. Confins, n. 27, 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10884>>. Acesso em: 13 out. 2017.

HOUSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados gerais do município de Piracicaba. [s. d.]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=353870>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

INGOLD, T. *The perception of the environment: Essays in livelihood, dwelling and skill*. London/New York: Routledge, 2000.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O patrimônio natural no Brasil. 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

IPPLAP – Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Projeto Beira Rio: plano de ação estruturador. Piracicaba: SMSDMA/SMP, [s.d.a]. Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/docs/br_pae_parte1de3.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

IPPLAP – Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Breve Histórico de Piracicaba. [s.d.b]. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/a-cidade/breve-historico-de-piracicaba/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAGNANI, J. G.; MORGADO, N. "Futebol de várzea também é patrimônio." In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 175-184, 1996.

MELLO, S. S. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NEPTUNE, N. C. *Elias dos bonecos*. 2003. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

NETTO, C. E. *Rua do Porto, 1986. A Província: paixão por Piracicaba*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/photos/rua-do-porto-1986>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

NETTO, C. E. “Arapuca, primeiro restaurante.” In: *Memorial de Piracicaba: Almanaque*. Piracicaba, 2000.

NETTO, C. E. “Rua do Porto: jardim à beira-rio plantado (1)”. In: *Memorial Piracicaba, 2012*. Disponível em: <<http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/especial/rua-do-porto-jardim-a-beira-rio-plantado-1/>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

OTERO E. V.; BOLOGNA, S. R.; ALMEIDA, A. M. “Parque da rua do Porto e área de lazer do trabalhador: gênese da reaproximação com o rio.” In: OTERO E. V.; BOLOGNA, S. R.; SOUZA, M. B. S. D. (Orgs.). *Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação*. Piracicaba: Ipplap, 2012.

PAISAGEM CULTURAL. In: SCIFONI, S. Dicionário do patrimônio cultural. [s.d.]. Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 25 set. 2017.

RICARDO, C. *Marcha para o Oeste. A influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959. v. 1 e 2.

ROLNIK, R.; KLINK, J. “Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?” In: *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2017.

RUA DO PORTO. *O espírito do lugar*, [s.d.]. Disponível em: <<http://oespiritodolugar.blogspot.com.br/p/rua-do-porto.html>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SARAIVA, M. da G. A. N. *O Rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência

e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

SILVEIRA, F. L. A. da. "A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar." In: SILVEIRA, F. L. A. da; CANCELA, C. D. *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009. p. 71-83.

SILVEIRA, F. L. A. da. *As paisagens coexistências interespecíficas, ou sobre humanos e não humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica*. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 288-315, ago.-dez. 2016.

SILVEIRA, F. L. A. da; OSÓRIO, A. *Apresentação*. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 05-16, ago.-dez. 2016.

SOARES, A. P. M. *O território mito da orla: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Unesco – Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura. *Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural*. Unesco: Paris, 1992. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

VIDAL, L.; GANDARA, G. S. *Cidades, rios e patrimônio*. Confins, n. 31, 2017. Disponível em: <<http://confins.revues.org/12046>>. Acesso em: 13 out. 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.